

O "debate" USP versus ISEB: o caso dos Cadernos do Povo Brasileiro

Angélica Lovatto

Como citar: LOVATTO, Angélica. O "debate" USP versus ISEB: o caso dos Cadernos do Povo Brasileiro. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 83-106. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p83-106>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O “DEBATE” USP *VERSUS* ISEB: O CASO DOS *CADERNOS DO POVO* *BRASILEIRO*¹

*Angélica Lovatto*²

Os *Cadernos do povo brasileiro*, publicados de 1962 a 1964, puderam selar uma grande contribuição às lutas de classes no século XX. Eles exerceram influência sobre distintos setores dos trabalhadores do campo e da cidade, à época, não só por uma tiragem numerosa, mas pelo esforço de sindicatos, centrais, partidos e movimentos que se responsabilizaram por sua divulgação massiva em âmbito nacional. Essa coleção tinha uma sólida proposta teórico-política, mas não necessariamente acadêmica.

Mas o que era essa Coleção de 28 volumes que vendeu mais de um milhão de exemplares? E o que fez com que seu formato de mão-em-mão ampliasse ainda mais sua extraordinária difusão? Para entender esse

¹ Este capítulo de livro é resultado das reflexões feitas na Mesa de Debates sobre o tema no *1 Encontro do Pensamento Social Brasileiro*, realizado em 2020, na FFC/Campus Marília da UNESP, organizado pelo Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti.

² Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC-Marília, UNESP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq “*Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (PEPO)*”. Autora do livro *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB* (São Paulo, Xamã, 2010). Email: angel.lovatto@gmail.com. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p83-106>

fenômeno rapidamente, imagine-se um brasileiro comum, vivendo em pleno ano de 1962, tomando contato com o seguinte texto: *Por que os ricos não fazem greve?*, seguido do texto *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* E, ainda: *Quem dará o golpe no Brasil?*. Ou então, imagine-se em pleno ano de 1963, tomando contato com o texto: *Como seria o Brasil socialista?*, seguido de *Como atua o imperialismo ianque?* e depois *Como são feitas as greves no Brasil?* ou *Que são as Ligas Camponesas?*. Ou também os seguintes temas: *Por que existem analfabetos no Brasil?*, *A Igreja está com o povo?*, *Quem faz as leis no Brasil?*, *De que morre o nosso povo?*.

Depois dessas leituras críticas, o que você faria? Bem, no mínimo, ia ser obrigado a parar e pensar um pouco. O resultado, provavelmente, seria de indignação diante do conteúdo lido. E talvez surgisse a disposição de se movimentar, de agir, diante das propostas ali defendidas. Enfim, surgiria a disposição de não ficar passivo frente aos candentes problemas brasileiros daquele período histórico ímpar. Foi com essa intenção que foram escritos os *Cadernos do povo brasileiro*, que circularam por milhares de mãos no período anterior à deflagração do golpe de estado de 1964 que, inclusive, encerrou sua circulação. Foi um momento profícuo na história, na política e na cultura brasileira: estava-se diante do Cinema Novo, da Bossa Nova, do Teatro de Arena, da arte na rua, do CPC da UNE,³ de novos métodos de alfabetização de adultos associados à leitura da realidade, ao crescente movimento das Ligas Camponesas, à crescente sindicalização, greves e organização da classe operária, para citar o mínimo.

Os *Cadernos do povo brasileiro* foram editados pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, sob a coordenação do editor Ênio Silveira, figura emblemática da propagação do livro e da cultura brasileira antes e depois da ditadura militar. Os diretores dessa coleção eram o próprio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, este último pertencente aos quadros do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64). A coleção retratava o debate nacionalista naqueles anos 1960 e discutia um projeto de revolução brasileira, em diferentes frentes táticas e estratégicas, a depender dos autores que a formulavam.

³ CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE – União Nacional dos Estudantes.

1. ISEB *VERSUS* USP: O DEBATE QUE NÃO ACONTECEU

A chamada escola de sociologia paulista,⁴ concentrada hegemonicamente na USP, não combatia o ISEB em geral ou, muito menos, os *Cadernos do povo brasileiro* em particular. Fazia algo talvez pior: simplesmente não discutia com eles, mantendo um silêncio que contribuía para o não conhecimento desta Coleção pelas gerações pré e pós-golpe, e muito menos seu reconhecimento teórico e prático. Pois o pressuposto uspiano era de que os autores isebianos não faziam ciência – faziam ideologia – e se não faziam ciência, não havia por que empreender qualquer diálogo, mesmo crítico, com aqueles intelectuais.⁵ E isso não se deu apenas em relação ao último ISEB (aquele que foi encerrado pelo golpe militar de 1964 e que defendia um projeto de revolução brasileira), pois desde a montagem inicial do instituto – na fase onde o nacionalismo-desenvolvimentista foi hegemônico – seus principais integrantes não tinham a característica de estarem vinculados à carreira acadêmica, exceção feita a Vieira Pinto, professor na Universidade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil). Apenas para efeito de constatação, tive a chance de empreender uma busca nos temas que aqueles intelectuais uspianos faziam em São Paulo no mesmo momento em que os *Cadernos* estavam sendo produzidos, no Rio de Janeiro. Observei que as teses produzidas por eles naquele período tratavam basicamente do Brasil colônia e império, notadamente as contradições do escravismo e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. Sem dúvida eram importantes estudos que até hoje são referências para a análise da sociedade brasileira. Porém, estavam localizados num distante passado, e tudo indica que ainda não atingiam o período pós-

⁴ Alguns uspianos formaram, no final dos anos 1950, o “Grupo de Estudos d’*O Capital*”, cujos objetivos parecem ter se configurado mais com preocupações de ordem acadêmica do que para fundamentar uma intervenção prática na realidade, tal como o ISEB. Deste grupo participaram figuras da referida escola sociológica paulista, tais como José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, entre outros. Sabemos hoje que, depois do golpe, alguns deles reconfiguraram suas posições. Uma análise desse grupo de estudos encontra-se em Luiz Fernando da SILVA (1995), *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980: trajetória de um grupo de marxistas acadêmico*. Florestan Fernandes também pertenceu a este grupo, mas sempre foi um ponto fora da curva, no sentido de seu compromisso com a militância política, para além do projeto acadêmico propriamente dito. Inclusive o debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes foi um dos exemplos isolados dessa discussão. Não foi propriamente um debate entre ISEB e USP, mas um debate entre dois intelectuais atuantes em duas instituições distintas.

⁵ Caio Navarro de Toledo (2005) trata do assunto na publicação comemorativa dos 50 anos do ISEB e apresenta como única exceção o texto de Gerard Lebrun, professor da USP à época, que Toledo inclusive resgata, reeditando-o nesta publicação sob o título “A ‘realidade nacional’ e seus equívocos”. (LEBRUN, 2005).

1930, salvo poucas exceções.⁶ Sabemos, no entanto, que este último período, de 1930 a 1964, será analisado após o golpe militar por alguns intelectuais uspianos e dará origem, inicialmente, à teoria do populismo, na vertente de Francisco Weffort e à teoria da dependência associada, de Fernando Henrique Cardoso. Duas outras teses também serão produzidas formando um quarteto teórico hegemônico da sociologia paulista: a teoria do autoritarismo (formulada por um conjunto de autores, com destaque para Marilena Chauí - filosofia USP) e a teoria do autonomismo, formulada especialmente por Eder Sader (sociologia USP).

Podemos dizer que foi produzida toda uma historiografia no pós-1964 que silenciou não só sobre a Coleção, mas também sobre outras publicações e autores importantes do pré-1964, especialmente os que tinham sido exilados. É o que venho caracterizando em meus estudos e pesquisa com a hipótese da alternância combinada entre a historiografia do silêncio e a historiografia da desqualificação.⁷ Quando não é mais possível silenciar sobre um tema, acabam sendo produzidos estudos “críticos” por essa historiografia hegemônica, e que, no caso dos *Cadernos do povo brasileiro*, não levaram em conta a Coleção como um todo e suas especificidades. Meu trabalho de pesquisa⁸ sobre os *Cadernos do Povo Brasileiro* foi o primeiro no Brasil a estudar a coleção inteira. Intrigava-me o fato de os *Cadernos* não terem sido estudados, mesmo que de forma parcial, antes dos anos 1980 e, ainda assim, foi feito por um setor que os escolheu com o intuito de combatê-los, a partir de uma concepção de viés autonomista.⁹ Ainda assim, não foi uma tese, mas um seminário na FUNART levado a cabo por Marilena Chauí, sobre o qual faremos referência daqui a pouco. Um dos motivos que parecem explicar por que os *Cadernos* não foram estudados logo após o golpe de 1964, é que, literalmente, seus autores foram exilados, presos, torturados e tudo mudou num período muito curto de tempo, de

⁶ Mesmo assim, foi em 1964 que Fernando Henrique Cardoso publicou seu livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964), onde defendia que não havia, de fato, uma burguesia nacional no Brasil.

⁷ Em função dos limites do presente capítulo de livro, não desdobrei essa hipótese, que sairá posteriormente desdobrado em artigo.

⁸ LOVATTO (2010).

⁹ Exceção principal feita ao estudo do sociólogo Marcelo Ridenti, da Unicamp, publicado no ano 2000 e que tratou, entre outros aspectos, da série *Violão de Rua*, numa perspectiva de resgate do valor histórico dessas publicações.

mais ou menos quatro anos (1964 a 68). O panorama político-ideológico tinha dado uma guinada de 180 graus, do progressismo à repressão ditatorial. A popularidade e os projetos de políticos progressistas, como por exemplo Jango e Brizola, tinham se transformado, no mínimo, em esquecimento.¹⁰ O PCB tinha praticamente desaparecido, em função da derrota catastrófica em 1964.¹¹ E os militantes da POLOP e da AP também fizeram parte dos primeiros alvos da repressão em abril. Outras esquerdas foram surgindo, outros “rachas de rachas” e de opções por luta armada foram se delineando. Os *Cadernos* estavam vinculados a todas essas circunstâncias anteriores ao golpe. A repressão, logo no primeiro dia do golpe, tinha incendiado a UNE (que divulgava os *Cadernos*), tinha invadido a casa onde funcionava o ISEB e destruído todos os seus arquivos, e tinha invadido a Livraria e editora Civilização Brasileira, que ao longo de anos voltaria a ser vítima de bombas e destruição pela ditadura. E, o que é mais grave: a situação de prisão, tortura e exílio de muito brasileiros ligados aos *Cadernos* era uma realidade concreta. Grupos inteiros de lideranças sindicais estavam presos ou tinham desaparecido. Lideranças camponesas já vinham sofrendo o mesmo destino e, com o golpe, sua situação só havia se agravado. Em suma, houve um desaparecimento e/ou exílio literal dessas pessoas. A tendência que se apresentou em substituição, por assim dizer, parece ter sido a da emergência de setores radicalizados de classe média, antes menos hegemônicos, principalmente a partir da grande influência da UNE¹² e de intelectuais também radicalizados, agora em confronto direto com o governo e com o regime e, às vezes, com o próprio Estado.

Nem por isso, a Coleção escapou a análises estigmatizantes, quando a historiografia se viu obrigada a falar dela. E o que mais intriga é que foram produzidas no momento da chamada reabertura pós-1979, não por acaso o momento da volta de muitos exilados, onde a chance de retomar aqueles temas era questão de tempo. Essas teorias foram produzidas no embalo do

¹⁰ Mesmo com a tentativa de articulação de uma frente que os dois petebistas tentaram no exílio juntamente com Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

¹¹ Também pesava e, neste caso, não só sobre o PCB mas a outros partidos, a desarticulação que a repressão provocava na verdadeira caça que se implementou contra suas principais lideranças.

¹² Ressalte-se que, no caso da UNE, sua presença marcante nos movimentos de resistência à ditadura, deu-se apesar da atuação em plena ilegalidade da legenda. Em 1967, a maioria dos DCEs – Diretórios Centrais dos Estudantes – já tinham sido retomados pelas forças de esquerda.

encantamento dos anos 1980 com os chamados novos movimentos sociais e que rejeitavam a concepção do nacional-popular desenvolvido nos idos do início dos anos 1960.

Nelson Werneck Sodré, em texto escrito na década de 1980,¹³ estava atento às análises produzidas sobre o ISEB no pós-1964. E deu excelentes indicativos de como o problema do ISEB foi tratado, principalmente em São Paulo, mais especificamente na USP. Ele explica que a campanha contra o ISEB foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista, nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a. Sodré afirma que “em nosso país e no exterior, a sigla ISEB despertava paixões, por vezes infrenes, e provocava e mantinha curiosidade”. E que:

Se, do ponto de vista da luta ideológica, suscitou controvérsias violentas, teve o condão, paralelamente, de despertar calorosa inveja nos meios universitários, principalmente em São Paulo: os donos de algumas cátedras, habituados ao monólogo e embalados no empirismo, sentiam-se diminuídos pelo gigantesco prestígio de que desfrutava o ISEB em certa época. Eles viviam na redoma universitária; o ISEB ampliava a ressonância do que fazia pelo país inteiro e chegava ao exterior. (SODRÉ, 1987, p. 77).

Mas a questão não se resumia a este aspecto, evidentemente. A aparência da questão revelava uma essência de ordem teórica e metodológica. Segundo Sodré, haveria pelo menos duas ordens de problemas. O primeiro consistia na formação universitária da USP, caracterizada por insuficiências notórias “no campo das ciências da sociedade” (SODRÉ, 1987, p. 79). O segundo, era o cultivo ao modelo da ciência do particular – que ele afirma ser um problema não só da USP, mas de maneira geral, de toda a universidade brasileira – isto é, a um modelo emprestado das universidades norte-americanas, que refletia o empirismo dominante nas ciências humanas, “como acontece com os chamados *brazilianists*”:

¹³ Sob o título “O problema do ISEB” faz parte do livro publicado em 1985, e reeditado em 1987, *História e materialismo histórico no Brasil*.

Trata-se de uma numerosa coleção de fatos, sem chegar à relação que os une. É o domínio do particular. E não há ciência do particular, só há ciência do geral, já dizia o mestre. Via de regra – e só se discute à base da regra e não da exceção –, as teses, lá como cá, resumem-se em arrolamentos mais ou menos extensos de dados, de material bruto. São trabalhos de Sísifo, porque não abandonam o nível do particular, e o particular é infinito. Resultam do esforço – às vezes apenas físico – da acumulação informativa. Seus autores sabem tudo e não sabem nada: sabem tudo a respeito de determinado fenômeno ou processo e não sabem nada desse fenômeno ou processo. Os trabalhos resultantes são necessários, como fontes, aos estudiosos: constituem a pesquisa preliminar, a montagem de andaimes informativos, que cada um deve realizar, antes da análise de temas propostos. (SODRÉ, 1987, p. 78-79).

Com base nesses dois pressupostos equivocados, Sodré diz que “[...] a incompreensão e a animadversão ao ISEB” foram “notas dominantes no círculo docente universitário paulista.” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré direciona sua crítica, pelo menos neste texto, aos autores Carlos Guilherme Mota, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Francisco Weffort. Sem deixar de reconhecer que o ISEB cometeu alguns erros táticos e estratégicos à época, Sodré esclarece que, no que diz respeito à perseguição sofrida pelo Instituto em função de suas posturas progressistas, principalmente às vésperas do golpe, quando a campanha foi brutal, “[...] a chamada intelectualidade paulista e os quadros universitários docentes assistiram a tudo do ponto de vista de Sirius.”, como se nada tivessem a ver com isso, e marcando posição típica da “cumplicidade dos omissos”. (SODRÉ, 1987, p. 77). Ele mostra o resultado a que isso levou no pós-1964, ou seja, apenas num primeiro momento “a tempestade arrasou o ISEB”. Depois “[...] arrasou também a USP e a enxurrada carregou os omissos – não todos, evidentemente, pois salvaram-se, isto é, permaneceram em suas cadeiras, alguns rapazes de bom comportamento.” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante.

Entendo que a postura generalizada da historiografia produzida no pós-1964, de simplesmente estigmatizar o pré-1964, o conjunto de

forças políticas atuantes naquele momento, o ISEB, seus expoentes e, por consequência, os *Cadernos do povo brasileiro*, levam ao citado processo de ter um único vitorioso no embate das lutas de classes no Brasil – as forças dominantes – e, neste caso, notadamente no aspecto da luta ideológica. Portanto, após minha pesquisa sobre a totalidade dos 28 volumes dos *Cadernos*, de fato contesto aqueles autores que consideraram os *Cadernos do povo brasileiro* apenas como uma mera *agitação e propaganda* de nível não acadêmico, com estilo pedagógico autoritário, de caráter histórico-panfletário e resultado político-manipulatório, expressões utilizadas por Marilena Chauí no citado Seminário da FUNARTE.

Aliás, é importante acentuar que o quadro que resulta da leitura dos *Cadernos* tem uma dada incompletude, justamente porque era o reflexo de uma incompletude das próprias classes sociais nos anos 1960, no Brasil: a burguesia era ainda uma classe incompleta, do ponto de vista de seu desenvolvimento histórico, o mesmo valendo para o proletariado. Fui até os *Cadernos* com o objetivo de resgatá-los, para tentar demonstrar o que foram de fato e não aquilo que uma dada corrente de interpretação convencionou atribuir-lhes. E resultado foi o de que, em seus limites históricos, mas também em suas qualidades, a coleção desempenhou uma função social junto ao movimento de massas daquele período que, no mínimo, merece atenção.

Além de Sodré, Ridenti e Augusto Buonicore¹⁴ – os raros trabalhos críticos à teoria do populismo produzida no pós-1964 –, recorro também a Paulo Pontes,¹⁵ que defende enfaticamente que no subdesenvolvimento a inteligência também se desenvolve. Emprestando aqui suas reflexões, o teatrólogo defende que teria sido gerada uma contradição típica de uma sociedade atrasada: os problemas são muito maiores e complexos do que a capacidade que a sua elite política e intelectual tem de pensá-los. Isso teria levado à busca de respostas para além dos limites dessa elite. Ele questiona: quem caminhou no sentido de dar essas *outras* respostas? Foi a “geração que botou a cabeça de fora no começo dos anos 60” e “[...] deu um passo gigantesco para encurtar a distância entre a realidade e a capacidade de

¹⁴ Será referido adiante.

¹⁵ PONTES (1994).

pensá-la, no nosso país.” (PONTES, 1994, p. 17). Em meu entendimento, os cadernistas foram uma parte dessa geração que “botou a cabeça para fora” naquele momento. Pontes argumenta que dessa geração nasceu uma sociologia brasileira indagativa, um pensamento econômico preocupado em formular saídas ao subdesenvolvimento, planejadores, educadores, cientistas sociais (a grande maioria colocada no exílio em seguida). E diz que estes setores não paravam de publicar suas reflexões sobre os problemas da realidade brasileira, dando origem a uma moderna ensaística, um moderno jornalismo etc. (PONTES, 1994, p. 18). Eu acrescentaria: surgiu uma renovação editorial liderada por Ênio Silveira, e, mais que isso, uma nova concepção editorial com várias frentes, sendo que uma delas foi levar o livro às grandes massas. O exemplo emblemático desse projeto de popularização do livro foram os *Cadernos do povo brasileiro*, que, reitero, venderam à época mais de 1 milhão de exemplares, associados que foram aos projetos de alfabetização de adultos desenvolvidos por Paulo Freire então.

É exemplar a síntese que Paulo Pontes apresenta, mas infelizmente não foi autor hegemônico. Essa síntese demonstra que, apesar de uma tentativa de ruptura – vitoriosa em muitos aspectos – que o golpe de 1964 provocou, essa geração conseguiu, principalmente no campo da criação artística, mostrar que não estava morta:

O Brasil vivia, em 1960, talvez a sua fase mais criadora em todo o século (...) No plano que mais de perto nos interessa, o da criação artística, essa geração fez, apenas, o Arena, o Oficina, o Opinião, os CPCs, o Cinema Novo e a Bossa Nova. Tinha fôlego, a turma. Eles vieram de Tom Jobim e João Gilberto até Chico Buarque de Holanda; de Dias Gomes e Guarnieri a Plínio Marcos; de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha a Arnaldo Jabor; de Boal a José Celso Martinez Correia; de Ferreira Gullar a Zuenir Ventura; de Paulo Francis a Ziraldo. E foi uma geração que teve muito boas relações com gente como Millor e João Cabral de Melo Neto, Celso Furtado e Vinícius de Moraes, Otto Maria Carpeaux e Jorge Andrade, Antonio Calado e Ênio Silveira, Antonio Houaiss e Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e Cavalcanti Proença – figuras singulares de diversas gerações que ultrapassaram cacoetes e limitações do seu tempo e se encontram, todos, para produzir

a grande obra cultural saída do período a que estou me referindo. (PONTES, 1994, p. 17-18).¹⁶

2. A DISCUSSÃO VANGUARDA VERSUS MASSA: REPERCUSSÃO SOBRE AS PROPOSITURAS POLÍTICAS

Essa discussão reveste-se de aspectos estratégicos, mas fundamentalmente de aspectos táticos. Era quase uma unanimidade nos anos 1960 a concepção da necessidade de uma vanguarda do povo, por mais que as interpretações táticas fossem distintas. O que se contestava sobre o conceito de vanguarda não era sua necessidade, considerada em si mesma. Ao contrário, reconhecia-se que, por exemplo, o movimento operário tinha a função de ser vanguarda do movimento de massas. Mas a diferença estava em como ficar próximo a esta massa: ser uma vanguarda intelectual ou integrar-se a elas, trabalhando ao lado delas, muitas vezes literalmente. Neste último caso, principalmente a partir de 1962, ficou muito difundida (e até mesmo praticada) a concepção inspirada na revolução chinesa no sentido de os militantes irem trabalhar na agricultura para estar junto aos setores populares, especialmente o camponês. Em menor escala, mas também praticado, estava a inserção do militante diretamente no trabalho das fábricas, no caso do proletariado urbano-industrial. Em termos de partido político essas práticas permearam, por exemplo, setores da AP e da POLOP, entre outros. Muitos estudantes secundaristas e universitários foram trabalhar no campo ou na fábrica. E permeou também setores de militância religiosa progressista católica: os praticantes e simpatizantes da teologia da libertação, através da pastoral operária, pastoral agrária, pastoral da juventude etc., que funcionavam através de organismos tais como JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e outros.

Nesse sentido, os *Cadernos* estavam impregnados dessas concepções vanguardistas e suas nuances, pois refletiam o conjunto de forças políticas e sociais atuantes naquele momento no Brasil.

¹⁶ Essas observações do teatrólogo estão em texto que fez parte do programa da peça *Alegro desbum*, de Oduvaldo Viana Filho, montado em 1976, no Teatro Maria Della Costa, em São Paulo. Vianinha tinha falecido naquele ano e o mesmo veio a ocorrer com Paulo Pontes, em 26 de dezembro. Ambos vitimados pelo câncer.

No entanto, decorridos muitos anos da repressão que encerrou os *Cadernos do povo brasileiro*, em meados dos anos 1980 surgiu uma crítica estigmatizante da publicação, talvez a primeira que tenha colocado diretamente em foco seus textos, formulada pela filósofa Marilena Chauí (CHAUÍ, 1984), que havia referido em momento anterior deste texto. Não foi uma tese defendida na universidade, nem muito menos um livro específico escrito sobre o tema, resultado de apurada pesquisa, mas tão somente um conjunto de seminários realizados sobre o tema geral da cultura popular. O seminário da autora sobre os *Cadernos* aparece publicada numa coleção da FUNARTE que havia surgido para retratar aquela discussão, sob a coordenação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas daquele órgão. Na qualidade de entidade vinculada ao governo federal, a FUNARTE patrocinava, nos anos 1980, um conjunto de pesquisas sobre os conceitos de “nacional e popular na cultura brasileira” nas áreas de filosofia, cinema, teatro, artes plásticas, música, literatura, televisão e rádio. É neste ato que os *Cadernos* são transferidos, por assim dizer, da historiografia do silêncio para a historiografia da desqualificação.¹⁷

3. O AUTONOMISMO COMO REJEIÇÃO ÀS VANGUARDAS

Nos anos 1980, depois da anistia de 1979 e em torno de 16 anos após o golpe militar, o Brasil não era mais o mesmo da efervescência característica dos anos 1960-64. Pelo contrário, tinha diversas cicatrizes, a maioria ainda abertas. Havia um grande número de exilados retornando ao país e, na perspectiva dos trabalhadores, estava-se sob o impacto do ressurgimento do movimento operário de forma candente, através das greves do ABC paulista de 1978-79-80.

Esse ressurgimento do movimento operário e sindical foi de fato um divisor de águas decisivo contra as mordanças que os movimentos sociais

¹⁷ Não desconsidero que o enfrentamento desta temática mereceria ultrapassar os limites do texto apresentado no seminário de Marilena Chauí, embora somente nele apareça a citação direta aos *Cadernos*. Porém, para não ser leviana no tratamento dessa questão, e para não ultrapassar e confundir os limites de meu recorte no presente capítulo de livro, adianto que faço esse enfrentamento em artigo que lançarei brevemente, supra citado. Tal empreitada tem demandado, no mínimo, defrontar-me com os pressupostos filosóficos no campo do existencialismo que a autora utiliza, na competente e numerosa produção intelectual que Chauí tem no Brasil e fora dele.

em geral haviam sofrido na ditadura militar. Muitas correntes quiseram se apresentar como a vanguarda desse movimento, mas uma delas tinha justamente a concepção de não se colocar numa perspectiva de vanguarda. Pelo menos inicialmente. Essa corrente, embora recusasse ser rotulada, ficou conhecida como autonomista.

Assim, o chamado autonomismo não se constituiu exatamente num grupo ou coisa do gênero. Era muito mais um setor que ao invés de *defender* algumas coisas, estava *contra* outras. Exemplo: era *contra* as vanguardas, *contra* o chamado populismo do pré-64, *contra* o comunismo em geral e *contra* o PCB em particular. Enfim, não podemos dar a essa vertente um estatuto de grupo organizado porque isso não aconteceu, e parece-nos que não era nem mesmo a intenção de algumas das figuras intelectuais que se puseram nessa perspectiva. Sem dúvida, aquele que mais se destacou como expressão dessa vertente foi o sociólogo da USP, Éder Sader (1941-1988).

Envolvido em todo o processo de fundação do Partido dos Trabalhadores,¹⁸ Sader representava – num dado momento – o maior expoente teórico dessa corrente autonomista, tendo sido também um dos principais articuladores da Revista *Desvios*, lançada em novembro de 1982, e destinada a influir, entre outras coisas, no debate interno do recém-fundado PT. *Grosso modo*, os autonomistas queriam *desviar*, a todo custo, o movimento operário de qualquer espécie de concepção de vanguarda. Aquele primeiro número da revista dedicou-se a um debate sobre um texto conhecido como “Onze teses sobre a autonomia”, publicado com o título “A autonomia em questão” (1982), assinada pelo coletivo da Revista *Desvios*, entre eles Éder Sader, conhecido como seu autor mais destacado (CHAUÍ, 2003b, p. 273).¹⁹

Portanto, entendo que a discussão realizada por Chauí nos seminários de cultura popular *contra* os *Cadernos do povo brasileiro* situa-se nessa perspectiva. Até porque ela também esteve diretamente envolvida na fundação do PT e, portanto, em toda a discussão autonomista que

¹⁸ Fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo.

¹⁹ Há uma síntese das 11 teses autonomistas em CHAUÍ (2003a, p. 308-309).

permeou o período. Publicou também um texto nessa linha de análise no primeiro número da Revista *Desvios*.²⁰

É sintomática uma frase de Marilena Chauí que aparece em seu livro *Cultura e democracia* (2003), pois revela de modo cabal sua aversão pela concepção de cultura popular e nacional popular no pré-1964:

Para aqueles, como nós, que passaram pela experiência histórica do populismo, as expressões “cultura popular” e “cultura do povo” provocam certa desconfiança e vago sentimento de mal-estar. (CHAUÍ, 2003a, p. 61).²¹

4. A ESTIGMATIZAÇÃO DOS *CADERNOS DO POVO BRASILEIRO*

Na esteira das críticas autonomistas, Chauí desenvolve em seus textos de análise do período do pré-1964, as posições que aquela corrente divulgou e, mais que isso, das quais ela foi uma das formuladoras: antivanguardismo, antipopulismo, anticomunismo e, por consequência, um antimarxismo. E, num âmbito mais geral, essas posições coincidiam com os pressupostos da teoria do populismo.²²

Portanto, a leitura de Chauí sobre os *Cadernos do povo brasileiro* parte desses pressupostos. É uma crítica implacável, destruidora, com o propósito de fazer “terra arrasada” daquela publicação, especialmente em sua concepção de revolução brasileira. A intolerância de Chauí, bem como de autores que, como ela, estiveram empolgados, nos anos 1980, com os “novos movimentos sociais”, é analisada de maneira não intolerante por Marcelo Ridenti em seu importante estudo *Em busca do povo brasileiro* (2000), onde o autor faz uma demonstração de análise crítica pautada por pressupostos de ordem teórica e histórica que deveriam ser referência a

²⁰ A autora reedita um texto sob o título “Representação ou participação?” (CHAUÍ, 2003b), dedicado à memória de Éder Sader. O texto originalmente tinha sido um seminário realizado em 1982 e foi publicado sob o título “Por uma nova política” (CHAUÍ, 1982), no número 1 da Revista *Desvios*.

²¹ Esta frase de Chauí é usada como epígrafe em artigo de Augusto Buonicore (2004b), no *Jornal Vermelho*, onde analisa o CPC da UNE. O autor critica a posição da autora e seu texto tem o título “Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica”.

²² Reitero que a crítica que constitui objeto de meus estudos é àquela teoria do populismo na vertente de Francisco Weffort. Outras vertentes se desenvolveram que, não necessariamente, constituíram-se como hegemônicas e desenvolveram diferentes hipóteses.

muitos dos estudos sobre o período. Em momento do texto onde está analisando o filme *Cabra marcado para morrer*, Ridenti afirma que o filme seria revelador das contradições das classes médias intelectualizadas, em busca da aproximação do suposto homem autêntico do povo. E continua:

Contudo, essas contradições passam longe de mera manipulação populista, como sugeria uma série de críticas de esquerda, sobretudo nos anos [19]80, de intelectuais então empolgados com os chamados novos movimentos sociais e sua suposta autonomia – esquerda cujos limites logo viriam a revelar-se e está por merecer uma crítica tão radical (mas nem tão intolerante) quanto a que impôs à tradição nacional popular que a antecedeu. (RIDENTI, 2000, p. 99).

Um outro momento onde Ridenti refere-se a essas interpretações, e que vale a pena destacar aqui, é quando caracteriza a posição terceiro-mundista que artistas e intelectuais defendiam. Esse terceiro-mundismo “seria posteriormente acusado de mascarar os conflitos de classe na sociedade brasileira, espécie de trunfo dos intelectuais para ganhar poder”. E, identificando as origens daquela corrente – que vai se afirmar definitivamente nos anos 1980 – o autor, novamente de maneira equilibrada, pondera que:

este tipo de avaliação ganhou terreno a partir do fim dos anos 70, quando alguns intelectuais procuraram fazer um acerto de contas com a experiência de engajamento imediatamente passada, praticamente descartando o nacional-popular como mero *populismo*: exageraram seus limites, talvez sem avaliar a fundo seus alcances, supondo consciente ou inconscientemente que a intelectualidade de esquerda dos anos 80 tivesse alcançado um patamar superior – suposição hoje muito discutível. (RIDENTI, 2000, p. 35).²³

²³ Ridenti, neste item do texto, está se referindo justamente aos textos da coleção da FUNARTE, onde escreveram Marilena Chauí e outros. Ele o faz através de longa nota de rodapé. (RIDENTI, 2000, p. 58).

Marilena Chauí faz observações de duas ordens contra os *Cadernos* da coleção: a) do ponto de vista de seu estilo e forma; b) do ponto de vista de seu conteúdo.

No primeiro caso, classifica-os como impositivos e autoritários, e afirma que eles fariam uso de um tom normativo, axiomático e maniqueísta, que resultaria numa pedagogia autoritária (CHAUÍ, 1984). No segundo caso, classifica-os como doutrinários, onde exerceria papel preponderante muito mais a persuasão do que a discussão e o esclarecimento (CHAUÍ, 1984, p. 83). Segundo a autora, o autoritarismo dos cadernistas se revelava no estilo pedagógico manipulatório, onde relatos históricos feitos para exemplificar um dado tema eram escolhidos segundo critérios baseados nas conclusões a que se desejava chegar. Entendo que Chauí opera uma inversão: ao invés de criticar o autoritarismo da ditadura militar iniciada em 1964, a autora (des)qualifica os *Cadernos* como “autoritários” (que, lembremos, defendiam uma proposta de revolução brasileira).

Sua análise recai sobre os 25 volumes de temática histórico-social. Não são citados, em momento algum, os três volumes artístico-culturais *Violão de rua* e sua respectiva concepção sobre a cultura popular. O que é estranho, pois o tema principal da autora no seminário dizia respeito justamente a essa concepção.²⁴ Dos volumes analisados, Marilena Chauí constrói uma tipologia, onde procura encaixar cada um dos autores e seus temas. Ele divide as publicações em quatro tipos: 1) estilo informativo; 2) doutrinários e programáticos; 3) de combate direto; 4) histórico-panfletários. (CHAUÍ, 1984, p. 73). Ao discriminar os títulos, só aparecem 22 dos 25 volumes. Não são classificados os volumes *Que são as Ligas Camponesas?* (comentado posteriormente), *Que é a Constituição?* (nenhum comentário, mesmo posteriormente) e *Que é o imperialismo?* (nenhum comentário).

Chauí também faz uma observação sobre a tônica marxista das publicações, ressaltando que apenas dois autores não trabalhavam sob esta ótica teórica: Barbosa Lima Sobrinho, no seu texto sobre o nacionalismo e o Padre Aloísio Guerra, no texto que explica se a Igreja estava com o povo.

²⁴ Talvez essa omissão se deva ao fato de que no mesmo seminário a autora foi responsável por fazer a crítica ao documento de fundação do CPC, escrito por Carlos Estevan Martins, *Manifesto do CPC*.

Nem por isso os dois autores escapam às críticas da autora, pois teriam escrito no mesmo diapasão autoritário do restante da coleção.

A maior aversão de Chauí ao marxismo é o que ela chama de concepção feuerbachiana do jovem Marx, quando este último afirma que a teoria quando penetra na massa se torna uma força material. (CHAUÍ, 1984, p. 83). Para a autora, a massa não seria “passiva” e, por isso, não pode ser penetrada, como se necessitasse de algo vindo de fora. Lembremos que esse é o principal ponto sobre o qual se debruçam os esforços dos autores dos anos 1980 em criticar a teoria das classes sociais em Marx. Outra aversão teórica e política de Chauí é ao leninismo, especialmente no livro *Que fazer?*, quando, segundo a autora, ele afirma que a consciência das massas deve vir de fora dela. Fica patente o antileninismo das teorias pós-1964 – Chauí como uma de suas principais expressões teóricas, que se colocavam como críticos do nacional-popular – substituindo-o pelo autonomismo. (CHAUÍ, 1984, p. 83). O trecho da autora que mais simboliza essa aversão ao marxismo é quando se refere ao resultado final dos *Cadernos*, a partir de uma espécie de disputa que teria havido entre os autores:

Creio ser por isso, afinal, que o debate travado entre os *Cadernos* é uma disputa entre eles na definição da linha justa de pensamento, de ação e de direção do povo e da nação, não carecendo de que estes se façam presentes, pois só se tornam ativos quando ativados pela consciência que lhes vem de fora, “quando a teoria penetra na massa, torna-se uma força material”. (CHAUÍ, 1984, p. 86, grifo nosso).

A autora tem uma tendência em tratar os autores de forma homogênea, como se todos estivessem no mesmo nível teórico e na mesma trajetória política e/ou acadêmica, para não dizer social. Assim, não há nenhum senão às diferenças intelectuais daquilo que foi – em meu entendimento, respaldado por fundamentações históricas e teóricas em minha pesquisa – um aspecto muito positivo dos *Cadernos*: a coexistência de autores consagrados (como Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Osny Duarte Pereira, Barbosa Lima Sobrinho, Virgínio Santa Rosa) e autores iniciantes (no caso, os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia convidados a escrever pela primeira vez, tais como Wanderley Guilherme

dos Santos, Theotônio dos Santos, Helga Hoffmann, Jorge Miglioli etc). Ignora-se, ainda, um terceiro bloco de autores que talvez se localizassem entre as duas anteriores: jornalistas, educadores, cientistas sociais e até mesmo um padre. A heterogeneidade de autores que, em minha avaliação, significou justamente o cuidado para que não prevalecesse uma só visão de mundo nos projetos de esquerda – notadamente a pecebista – não é observada pela autora, no afã de colocar todos os cadernistas no mesmo saco descartável do populismo do pré-1964. Todos são jogados indiscriminadamente na lata de lixo da história construída pela teoria do populismo hegemônica. Importante ressaltar que o próprio editor Ênio Silveira tinha essa preocupação de a coleção não tornar-se um mero instrumento do PCB, resultado de sua presença hegemônica na esquerda do período. Só que neste caso, não se tratava de nenhum tipo de postura anti-comunista. Ao contrário, trata-se de um cuidado editorial que ele já desenvolvia com o restante das publicações da Civilização Brasileira e que possibilitava justamente o encontro teórico e político de várias alternativas do pensamento de esquerda no Brasil. Ademais, se o predomínio de uma dada concepção de revolução brasileira etapista, semelhantes aos moldes defendidos pelo PCB, acabou sendo uma tônica dos *Cadernos* isso correspondeu da própria influência que o PCB teve no período e que não se revelou apenas nos *Cadernos do povo brasileiro*.

Desta forma, nivelados na mesma régua “anti-populista” e anti-vanguardista de Marilena Chauí, os autores são vistos indiferenciadamente. Justamente para “embasar” a crítica da autora que reclama pela heterogeneidade. Outro ponto observado pela autora, que seria comum a todos os cadernistas, era a suposta postura anti-democrática (sic!) de cada um deles:

Uma análise detalhada dos *Cadernos* poderia mostrar que o contraste das posições defendidas chega a um resultado curioso: o debate, enquanto tal, é democrático, mas cada um dos autores não parece sê-lo o bastante. (CHAUÍ, 1984, p. 82).

Quando a autora reconhece uma dada heterogeneidade nos *Cadernos*, refere-se a isso apenas como aspectos tópicos e que buscavam uma

solução definitiva para a proposta da revolução brasileira. “Subjacente às divergências tópicas entre os autores, encontra-se uma que não só atravessa todos os *Cadernos*, mas que é ainda a tônica das diferenças políticas do período: revolução socialista ou democrático-burguesa?” (CHAUÍ, 1984, p. 74) Neste último aspecto a autora está parcialmente correta, pois de fato eles divergiam entre duas propostas estrategicamente opostas.

Para Chauí a publicação não tratava seriamente da teoria e da prática. “Só” tratava de informação e de programa para a ação. Como não conseguiam retratar devidamente a teoria, acabavam sendo maniqueístas (leia-se “ideológicos” e não científicos, essência da crítica uspiana ao ISEB(), pois “[...] todos os *Cadernos* são construídos sobre dicotomias, antinomias e antíteses que, retoricamente, são apresentadas como ‘contradições’, sendo porém tão imóveis e positivas que não chegam a ultrapassar o contraponto.” (CHAUÍ, 1984, p. 75) Depois a autora tenta dar uma justificativa histórica para esses eventuais equívocos dos *Cadernos* onde, de novo, embute uma crítica mordaz: “É possível que a hostilidade crescente da direita levasse os *Cadernos* a esse maniqueísmo, deslizando dos dados empíricos para os arquétipos e destes para os estereótipos.” (CHAUÍ, 1984, p. 75).

A autora insiste na seguinte questão: o povo não poderia ser, ao mesmo tempo, o objeto e o destinatário dos *Cadernos*. Isto é, tudo na publicação era imputado ao povo e à nação – desejos, ideias, modos de ser, práticas, ações, aspirações – “sem que nenhum deles apareça de viva voz”. Isso porque “[...] os *Cadernos* constroem o popular e o nacional, embora tenham a pretensão de estarem a expô-los.” (CHAUÍ, 1984, p. 84). Não fica muito claro nesta crítica de Chauí como se daria o processo inverso, ou seja, como o popular e o nacional podiam brotar por si próprios nas páginas da coleção ou de qualquer outra publicação. Aliás, este é um dos pontos mais frágeis da corrente autonomista, cuja resposta vaga vai sempre na direção de que é o povo, indistintamente, que terá que descobrir isso e não os intelectuais. Parece haver aí uma visão ahistórica, onde as situações produzidas socialmente não pudessem exercer qualquer tipo de influência sobre a existência dos seres humanos. E, no limite, tal visão levaria a uma eventual dispensa de qualquer processo de educação popular! O que significa um paradoxo da tese autonomista defendida por Chauí.

Afinal, tudo que venha “de fora” do popular, não contribuiria para sua real descoberta enquanto povo. Talvez por isso, em nenhum momento da crítica de Chauí apareça a expressão “lutas de classes” e muito menos sobre a dinâmica contraditória entre capital e trabalho.

Essa ressalva é importante de ser feita neste momento da exposição, porque Chauí – em sua crítica aos cadernistas – procede de tal modo no recorte dos textos que, frequentemente, destaca as frases mais apocalípticas e ainda fora do contexto em que foram produzidas, privilegiando em demasia o aspecto a ser criticado. Isso resulta, para usar um eufemismo, num desequilíbrio da análise. Com isso, repito, não estou negando a existência desse tom de *agit-prop*, ao contrário, mas apenas vendo sem preconceito essa forma de escrever, como parte de uma tradição nos escritos de esquerda, sustentada pela necessária divulgação contracorrente (*agitação e propaganda* de classe, como momento político da formulação teórica). Porém, a crítica de Chauí passa a impressão de que existe apenas esse tipo de frase na coleção. A tal ponto que, se alguém tiver contato primeiramente com a crítica dela do que com os escritos dos *Cadernos*, corre o sério risco de não ter coragem de sequer abrir as páginas da coleção. Afinal, esse era o propósito da crítica autonomista empreendida. E é essa historiografia paulista que hegemoniza até hoje a leitura, não só sobre os *Cadernos*, mas sobre praticamente todo o período das esquerdas do pré-1964.

Com certeza, teria sido mais interessante se a crítica dos defensores do autonomismo tivesse se revelado através de pressupostos de ordem teórico-histórica que justificassem uma outra maneira de ler a formação social brasileira, e não simplesmente pela *simplificação argumentativa* – pelo menos neste caso – *de um preconceito que parece ser de ordem ideológica*, embora com as cores de uma crítica no campo da esquerda e, fundamentalmente, por um dado setor da intelectualidade paulista.²⁵

²⁵ “No final da década de 1970 constituiu-se uma opinião bastante crítica às experiências do movimento nacional, democrático e popular, hegemonizado pelos comunistas e nacionalistas, no início da década de 1960. Tudo, ou quase tudo, que foi produzido foi taxado de populismo. Nada escapou à devastadora onda crítica: ISEB, CPC, PCB, sindicatos etc. O centro desta nova produção foi, sem dúvida, a Universidade de São Paulo (USP)”. (BUONICORE, 2004, p. 1-2).

5. CONCLUSÃO

Analisando toda a fecundidade que os anos imediatamente anteriores ao pré-1964 apresentava, fica realmente muito difícil simplesmente afirmar – como o faz a teoria do populismo e a teoria do autonomismo – que tudo ali fazia parte do artilho de um pacto populista manipulatório que não levaria a lugar algum. Principalmente quando se estuda o período numa perspectiva de resgate do que vinha realmente acontecendo naquela sociedade, pois apresentava um nível de contestação e de reivindicações políticas que, até então, o Brasil nunca tinha assistido, pelo menos naquela intensidade.

Diante disso, podemos fazer várias perguntas: afinal, quem em sã consciência – do ponto de vista da classe trabalhadora – poderia considerar ruim que um conjunto de pessoas em crescente politização se manifestasse constantemente seja através de greves, de comícios, de ligas camponesas, de federações e confederações sindicais, etc.? Quem, em sã consciência, poderia considerar ruim que fossem disseminadas formas de manifestação artística que tivessem como objetivo contribuir para o processo de humanização do homem? Quem poderia considerar maléfico que se preservasse a mínima condição democrática que, bem ou mal, possibilitava a existência de um solo básico para o livre pensar, o livre agir e que, sabemos muito bem, nem era tão livre assim? Ou seja, mesmo nos estreitíssimos limites de uma democracia constantemente ameaçada, a emergência de lutas e de manifestações culturais no Brasil do pré-1964, frutificou e se disseminou de maneira tão intensa que seria difícil acreditar que o incômodo provocado por ela às classes dominantes não pudesse ter como resposta uma saída absolutamente radical no sentido literal de cortá-la “pela raiz”, daí a saída ditatorial militar. Será mesmo que tudo isso correspondia apenas e tão somente a uma manipulação partidária ou politicamente sectária de líderes populistas interessados em se manter a qualquer custo no poder? Será que acreditar nisso não seria atribuir demasiada importância a uma armação político-mental estranhamente sofisticada e, paradoxalmente, desrespeitar justamente a capacidade de pensar e de reagir das massas populares que essas correntes interpretativas julgavam estar defendendo? Ou será que as camadas sociais interessadas em procurar um caminho para a

concretização da revolução brasileira, independentemente de seus erros e acertos, estavam tão somente sendo teleguiadas por mentalidades sórdidas e mal-intencionadas de governos populistas e não por forças históricas e políticas contraditórias que, no embate das lutas de classes possibilitado por um mínimo de democracia, procuravam estabelecer sua hegemonia no movimento popular, a fim de construir uma contra-hegemonia no âmbito do capitalismo?

Senão, vejamos. Como afirmou muito apropriadamente Paulo Pontes, sobre o período imediatamente anterior ao pré-64, “[...] pouco mais de uma década de democracia foi capaz de gerar o processo, interrompido abruptamente em 1964, quase no nascedouro, de intercomunicação entre as classes sociais não comprometidas com o grande latifúndio e com o capital estrangeiro.” (PONTES, 1994, p. 17) Ele identifica nesse “nascedouro” de que maneira aquele contexto fecundo se estruturava: “A sociedade se dividia, se debatia, se agitava, dormia, acordava, respirava em torno dessas questões – e, nessas condições, ia-se formando a mais criadora geração de economistas, sociólogos, técnicos, pensadores, educadores, artistas e escritores que o país conheceu neste século.” (PONTES, 1994, p. 17).

Indico em síntese, apenas dois aspectos sobre os *Cadernos do povo brasileiro* que merecem uma menção final: a) em primeiro lugar, a coleção configurou uma imagem do Brasil no pré-1964, isto é, lendo agora, em pleno século XXI, a descrição histórica trazida pelos cadernistas é possível ter um quadro do país desde o processo de colonização até as vésperas do golpe, formando *um Brasil contado pelos cadernistas*; em segundo, os *Cadernos* cumpriram uma função social naquele momento da história brasileira: como difusão de conhecimentos históricos, políticos, teóricos, sociais e culturais; e, paralelamente, como um elemento de agitação e propaganda na luta de classes no Brasil. Prova disso foi a discussão que suscitaram a partir da inserção da publicação nos sindicatos, nas fábricas, nas Ligas, na UNE, no CPC, no CGT, nos partidos, nas universidades etc. Ou seja, no primeiro aspecto a Coleção mostrou como o Brasil tinha sido; no segundo, como o Brasil poderia ser.

Acredito que, com essa postura estigmatizadora dos *Cadernos*, as correntes teóricas hegemônicas paulistas eliminaram possibilidades de

discussão sobre uma das partes mais significativas da história brasileira e, conseqüentemente, da constatação do ascenso da luta de massas e das lutas de classes no Brasil. Não podemos desprezar o fato de que esse ascenso se deu em caráter nacional. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 as lutas se desenvolviam tanto no campo como na cidade, tanto nas ligas como nos sindicatos operários. Nesse sentido, os *Cadernos* são uma parte – e uma parte nada desprezível – do resgate desse momento e, nessa medida, eles têm o poder de remeter-nos à discussão sobre aquele momento fecundo, sobre aquelas manifestações. Inclusive para a análise de seus eventuais erros, mas também para a análise de suas positivities. E isso tudo sem jamais esquecer o âmbito isebiano em que a coleção se desenvolvia, marcado de maneira sobrepujante pelo compromisso do *intelectual público* e não apenas do *intelectual acadêmico*.

E, para encerrar, cabe referir a importância daqueles brasileiros do pré-1964, que leram e divulgaram de *mão-em-mão* os *Cadernos do povo brasileiro*, bem como a importância de todos os autores que trabalharam no último ISEB. Hoje, algumas décadas distantes, e com as possibilidades de difusão do pensamento multiplicadas de forma *on-line* – no paradoxo de parecerem, por um lado, quase banalizadas e, por outro, de acesso imprescindível – talvez seja difícil de entender, pelo menos para as gerações mais recentes, a importância de uma publicação daquele tipo. Mas a devida análise de sua conjuntura histórica não deixa dúvidas sobre a importante função social que o ISEB, a editora Civilização Brasileira e seu editor desempenharam, propiciando a publicação da coleção. Resta agora refletir se o preço que aquela geração pagou por escrever tais textos, ou simplesmente por divulgá-los – respondendo a Inquéritos Policial-Militares, sendo presos, torturados, exilados ou mortos – foi suficiente para que as gerações atuais e futuras não desprezem aquela contribuição e aquele esforço empreendidos com dedicação, suor, e algumas vezes com a própria vida.

REFERÊNCIAS

BUONICORE, Augusto. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica (Parte 2). Jornal *Vermelho*, São Paulo: jornal eletrônico do PC do B, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acesso em: 22 set. 2021.

- CHAUÍ, Marilena. Por uma nova política. *Revista Desvios*, São Paulo, n. 1, nov. 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre alguns Cadernos do povo brasileiro e o Manifesto do CPC. In: CHAUÍ, M. *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.
- CHAUÍ, Marilena. Representação ou participação? In: CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.
- LOVATTO, Angélica. *Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontífca Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. N. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- PONTES, Paulo. Viva Viana. In: BARCELLOS, J. *CPC: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SADER, Éder et al. A autonomia em questão. *Revista Desvios*, São Paulo, n. 1, nov. 1982.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. [Depoimentos]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.
- TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

